

PESQUISAS

CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS: HISTORICIZANDO AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES EM ARAGARÇAS E BARRA DO GARÇAS (1970 A 1990)

DYMILLA FRANCYELLA F. MENEZES*

Historicamente, as mulheres estiveram ausentes, ou à margem da historiografia tradicional, que lhes negava lugar e voz, embora seja fato que grupos de mulheres, tanto em nível mundial, quanto nacional, há décadas, se articulam, no sentido de se fazerem ouvir. Essas ações contribuíram com as conquistas que possibilitaram e possibilitam espaço, autonomia e voz a uma parcela da população atual de mulheres. Em âmbito regional, também é perceptível a importância delas para o desenvolvimento sócio-histórico; apesar disso, elas raramente protagonizam a memória escrita ou a historiografia regional. Oportunizar que as vivências de Marias, Anas, Joanas... sejam ouvidas e lembradas foi a maior preocupação ao realizarmos esta pesquisa.

Visibilizar é, então, a expressão chave do nosso trabalho. Historicizar as vivências das mulheres de Aragarças/GO e Barra do Garças/MT, preservando

suas memórias, proporcionar a elas lugar e voz, desconstruir concepções centradas no masculino e avaliar as implicações das ideias do movimento feminista na região compreendem os principais objetivos deste estudo. O nosso argumento perpassa pela concepção de que as mulheres da região pesquisada questionaram, em diversas instâncias, as relações de desigualdade, a naturalização do domínio masculino e o desrespeito a sua integridade física e psicológica, na busca de mais isonomia nas relações de poder. Observamos que a postura adotada por elas não foi de enfrentamento, haja vista que não pretendiam, nitidamente, um rompimento com as relações patriarcais, mas, sim, de ascensão a um lugar de respeito em que suas vozes pudessem ser ouvidas.

Ao longo do estudo, nos posicionamos entre as décadas de 1970 e 1990. A primeira (1970) porque, conforme a literatura, é o período em que se propalam as ideias do movimento feminista no Brasil, e o espaço até 1990, por ser um lapso temporal razoável para compreendermos as implicações das concepções do referido movimento na região.

Para atendermos nossos propósitos, respaldamo-nos em documentos históricos e, principalmente, nas memórias das mulheres da região. Parte das fontes documentais utilizadas pertence ao Centro de Apoio à Pesquisa Histórica – CAPH – das Faculdades Unidas do Vale do Araguaia; a outra parte foi cedida por moradores dos municípios de Aragarças e Barra do Garças. Em função das limitações impostas pelos escassos registros históricos que visibilizam as mulheres da região, no período em análise, optamos por adotar, como fio condutor do nosso estudo, as vozes de mulheres que atuaram nos espaços pesquisados.

Por intermédio da oralidade, obtivemos a percepção de cada entrevistado acerca do tema em reflexão e nos esforçamos para não adotar essas experiências sem analisá-las, cuidadosamente, ou aceitá-las como verdades absolutas. Por meio da categoria de análise gênero, procuramos compreender o cotidiano das mulheres da região, enfocando o mundo doméstico, as atividades profissionais, as violências físicas e psicológicas, as discriminações sofridas, bem como questões relacionadas à sexualidade, aos métodos de contracepção, ao aborto, ao planejamento familiar e à prostituição.

Estruturamos a dissertação em dois capítulos. O primeiro, que intitulamos de “Mulheres do Médio Araguaia: uma construção sociocultural”, explora a construção histórica das cidades de Aragarças e Barra do Garças, evidenciando os processos de migração ocorridos e como esse cenário social, econômico, cultural e político influenciou nas relações sociais e de gênero, na região.

O nosso universo de investigação foi a sociedade dos municípios de Aragarças e Barra do Garças, a qual é formada por mulheres Bororo, Xavante, Mineiras, Baianas, Paranaenses, Goianas, Mato-Grossenses, dentre outras, ou seja, é uma sociedade que, atualmente, resulta da miscigenação entre indígenas e migrantes de diferentes estados do Brasil. De acordo com a historiografia analisada, pôde-se depreender que, na região, ocorreram processos migratórios estimulados por diferentes fatores, como a economia pecuarista, o ciclo de mineração, por ações governamentais como a instalação da Fundação Brasil Central, a realização da Expedição Roncador Xingu, o estabelecimento do Projeto SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – da SUDECO – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – e por ações não governamentais, como a organização e execução das colônias dirigidas sulistas.

Certamente, não é sensato desprezar a influência promovida por esses movimentos e instituições, haja vista que eles não fomentaram apenas a migração de pessoas, mas, também, a “migração” de ideias, condutas e valores, contribuindo, assim, com a transformação econômica, social, política e cultural dessas duas cidades que, como disse o professor Hidelberto Ribeiro,¹ estão “umbilicalmente” interligadas por questões de ordem econômica e cultural.

Naturalmente, muitas mulheres que compõem o número de habitantes desses dois municípios participam das estatísticas de migrantes. Mulheres que, em sua maioria, vieram acompanhando seus esposos ou pais e que aqui se estabeleceram trazendo ideias e valores culturais próprios dos locais em que viviam e, por vezes, distintos dos valores daqueles que aqui residiam. Entendemos que o primeiro contato entre migrantes e antigos moradores foi um momento de estranhamento, contudo é perceptível que as características culturais foram, aos poucos, se mesclando. E é nesse emaranhado cultural, com

suas práticas disciplinadoras e seus discursos instituintes, que se construiu e se constrói o que poderíamos chamar de identificação² social e cultural das mulheres aragarçenses e barra-garcenses.

Partirmos, justamente, do pressuposto de que as identificações das mulheres são uma construção sociocultural, o nosso primeiro passo foi compreender o cenário histórico-regional em que se desenvolveram as vivências pesquisadas. Para tanto, relembramos, brevemente, como se constituíram, historicamente, os municípios em análise, destacando alguns fatores que suscitaram a migração pós- década de 1920 para essa região.

As investigações realizadas nos possibilitaram depreender que o modo de viver e pensar das mulheres de Aragarças e Barra do Garças foi significativamente influenciado por diferentes fatores, sendo alguns peculiarmente relevantes, como, por exemplo, os fluxos migratórios recebidos por esses municípios, a instalação de instituições públicas e empresas privadas e, até mesmo, a posição geográfica da região.

Ainda no primeiro capítulo, apresentamos um breve panorama do movimento feminista nacional e internacional e discutimos seus impactos nas localidades em análise, destacando a organização de movimentos de mulheres nos dois municípios. Por intermédio da investigação, verificamos que, ao tempo em que Aragarças e Barra do Garças estavam recebendo levas de migrantes e lutando para estruturar redes de ensino, hospitais, vias de transporte, residências, com mais qualidade, nos Estados Unidos da América e na Europa, mais precisamente na Inglaterra, notamos a organização do conhecido movimento feminista. Ao longo do período de 1950 a 1980 foram intensas as conquistas institucionais em países da Europa e nos Estados Unidos.

No Brasil, por sua vez, o panorama era bem diferente, tendo em vista as condições políticas de repressão por que passava o país, entre o período de 1964 a 1984. Até por volta da década de 1970,³ o que podemos vislumbrar no país são movimentos de mulheres, composto por integrantes de diferentes classes sociais, que não buscavam alterações nas relações de papéis sociais, não lutavam contra a opressão feminina, não apresentavam cunho político em suas reivindicações, sendo, assim, um movimento que trazia propósitos distintos

daqueles denominados feministas e que estavam ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos.

O movimento feminista, no Brasil, nasceu, em um momento de intensa instabilidade política promovida pelo então Regime Militar. Com o Governo Médici, a partir de 1969, iniciam-se os chamados “anos de chumbo”, principalmente por conta das restrições presentes no Ato Institucional nº 5. Nesse cenário, qualquer movimentação que aparentasse ser de cunho político, seria entendida como grave ameaça ao Governo, mesmo assim, a partir da década de 1970, surgiam, em algumas cidades brasileiras, grupos feministas influenciados pelo feminismo que nascia na Europa e nos Estados Unidos.

A partir de meados da década de 1980, surgem em Aragarças e em Barra do Garças grupos de mulheres, que não trazem em seus objetivos o intuito de questionar a opressão feminina, ou as relações patriarcais, mas, sim, direcionar esforços no sentido de contribuir com a entidade familiar e a sociedade local.

Dos grupos identificados, temos o Clube Libel e o Círculo de Leitura, que se organizaram – e como permanecem na ativa, podemos dizer que continuam se organizando – no sentido de cooperar com os municípios de Barra do Garças e Aragarças, por meio de atividades filantrópicas. São mulheres que se movimentam, com o objetivo de conquistar melhorias para a vida de pessoas marginalizadas pela sociedade, como é o caso dos alunos da APAE, dos senhores e senhoras alojados no Lar de idosos e de indivíduos hipossuficientes. Mais recentemente, um grupo em Aragarças estruturou uma atividade de valorização das mulheres, denominada Mulheração, que coloca em destaque, perante a sociedade local, mulheres que têm uma trajetória de luta.

O Clube Libel, também conhecido como Clube do Livro, foi fundado, em Barra do Garças, por Isabel Rota Morozz, em 1980, e contava com a participação de senhoras da cidade. Essas mulheres adquiriam obras de diferentes áreas de conhecimento e, após lê-las, realizavam uma espécie de rodízio de livros entre as integrantes do grupo, tendo como objetivo a troca de informações relativas às obras lidas.

As participantes, em sua maioria, compunham famílias mais abastadas e intelectualizadas da região e, em função das condições financeiras de que dispunham, viajavam e adquiriam as obras, as quais seriam, posteriormente,

repassadas para as outras integrantes do grupo, uma vez que na cidade ainda não havia livraria. Tendo em vista que, na região, também não havia cinema, nem teatro, a leitura se tornou para essas mulheres uma forma de aquisição de informação e um momento de lazer.

A maior preocupação dessas senhoras era com a família, em se preparar intelectualmente para atender as necessidades escolares e culturais dos filhos. Os livros escolhidos eram de escritores já consagrados e tratavam, normalmente, acerca de questões relativas à família e à autoestima. Durante as reuniões do grupo, as suas integrantes socializavam questões que envolviam seu núcleo familiar, objetivando obter aconselhamento para sanar dúvidas e problemas domésticos.

Com o passar dos anos, o grupo iniciou atividades sociais que tinham o objetivo de minimizar as dificuldades de pessoas economicamente desfavorecidas. Para tanto, elas organizavam eventos, como jantares e chás, ou direcionavam pedidos de doação às empresas, ou, ainda, recorriam à prefeitura e aos vereadores. Com essas atividades, elas obtinham os recursos financeiros necessários para execução dos projetos sociais idealizados pelo grupo.

O Círculo de Leitura foi criado 8 anos mais tarde, em 1988, tendo o mesmo objetivo do Clube Libel. O nome do grupo foi escolhido por conta de uma revista denominada Círculo de Leitura, que era utilizada para adquirir as obras que seriam lidas pelos membros do grupo. Inicialmente, as integrantes compravam os livros e trocavam-nos entre si, até que todas tivessem a oportunidade de lê-los. Como foram realizadas muitas aquisições e, pelo fato de o grupo não possuir uma sede, as obras foram doadas para a Biblioteca Municipal de Barra do Garças. Posteriormente, o Círculo de Leitura também iniciou atividades filantrópicas na região e, para realizar essas atividades, também organizava e continua organizando eventos na cidade, contando com a colaboração de significativa parcela da sociedade.

Em Aragarças, por sua vez, foi fundado, mais recentemente, o Mulheração, precisamente em abril de 2003, que é um desdobramento dos grupos de mulheres da década de 1980. Essa atividade foi idealizada por profissionais da educação do município e tem como objetivo homenagear, com o título denominado Mulheração, mulheres que se destacaram perante a

sociedade aragarcense por terem desenvolvido ações sociais. O mais interessante nessa atividade é a valorização, em vida, de mulheres que superaram dificuldades e romperam com o preconceito, traçando, em sua trajetória, uma história de lutas e conquistas.

O Mulheraço contribui para que sejam lembradas mulheres de diferentes classes sociais e etnias que, ao longo de anos, participaram da construção histórica, social, cultural e econômica da cidade de Aragarças e, também, de Barra do Garças.

É notório que os objetivos desses grupos não se aproximam dos ideais feministas. Identificamos nas entrevistas que essas mulheres, apesar de algumas até saberem da existência do feminismo e até conhecerem alguns ideais feministas, não tinham interesse em adotar essa bandeira. A conjuntura da região pesquisada era muito distinta e as preocupações eram outras. Contudo, é evidente que os ideais feministas chegavam à região e, mesmo sendo vistos de forma negativa por uma parcela da sociedade, atingiram o imaginário feminino.

No último capítulo, “Gênero e poder: resistências e conquistas no Médio Araguaia”, adentramos as relações sociais das mulheres, entre as décadas de 1970 e 1990, analisando como elas se articularam na busca de espaço e voz. Por pensarmos gênero como uma relação social que está intimamente interligada a fatores políticos, econômicos e culturais,⁴ versamos, nesse capítulo, a respeito do cotidiano das mulheres, suas resistências e conquistas. Nessa perspectiva, apontamos e analisamos questões relativas à sexualidade, à contracepção e à reprodução, à criação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher e ao atendimento nelas, às instituições/ambientes em que as mulheres assumiram cargos de decisão e, principalmente, os espaços de fala em que elas conquistaram voz.

Estruturamos o capítulo em três partes, sendo a primeira, “Sexualidade, contracepção e aborto”. Nela, abordamos a percepção da sociedade local acerca do matrimônio, das mães solteiras, da conjunção carnal fora do casamento, do aborto e do uso de métodos contraceptivos.

Verificamos que a sociedade das duas cidades estabelecia um padrão de condutas que poderíamos aqui entender como aceitáveis ou inaceitáveis,

estando entre as condutas reprovadas a prática de conjunção carnal, antes do casamento e, conseqüentemente, a gravidez.

Significativa parcela das mulheres solteiras que engravidavam sofria com a segregação, sendo, em alguns casos, excluídas pela própria família. Somado a isso, notamos um desejo das mulheres casadas em controlar os ciclos de reprodução, portanto, nota-se que, mesmo não havendo uma atuação política por parte das mulheres da região na conquista dos métodos de contracepção, era um anseio a possibilidade de se programar uma gestação e, conseqüentemente, ter domínio sobre o próprio corpo.

Em razão disso, os métodos contraceptivos foram adotados por significativa parcela da sociedade, em especial, pelas mulheres mais jovens, mesmo diante das dificuldades enfrentadas, como a falta de orientação e acompanhamento especializado, ou a resistência dos companheiros.

O segundo tópico intitulado “Apontamentos acerca das mulheres em situação de violência” discute a respeito da criação da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, em Barra do Garças, e a necessidade de se instalar uma instituição nessa perspectiva em Aragarças.

A violência, por sua vez, se tornou o ponto mais delicado de nossas observações, representando na pesquisa o ápice da desigualdade de poder entre o gênero feminino e o masculino. Apesar de não apresentarmos estatísticas dos casos de violência doméstica da região, nas décadas investigadas, não foi necessário muito esforço para constatar que era uma prática corriqueira nos dois municípios.

Durante a pesquisa, observamos que muitas mulheres permaneceram por longos períodos, senão durante toda a vida, submetidas à situação de violência, outras, porém, conseguiram romper com os laços que as mantinham vinculadas ao relacionamento agressivo. Amparadas pelos resultados obtidos, podemos afirmar que foram inúmeros os motivos que levaram essas mulheres a permanecerem com o agressor, dentre eles, identificamos a dependência financeira e emocional, o desejo de manter a família e o status social.

Verificamos que o atendimento ofertado às mulheres agredidas, durante as décadas de 1970 a 1990 era realizado, de acordo com as possibilidades das profissionais da Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, tendo em vista

que a estrutura ofertada pelo governo era insuficiente para atender, a contento, toda a demanda. Conforme relato, não havia atendimento psicológico, nem jurídico, sendo, em relação a esses dois aspectos, oferecido à sociedade somente um atendimento paliativo.

Ao longo dos anos, com a criação das delegacias especializadas e de legislações que começaram a punir, com mais severidade, as ocorrências de violência contra as mulheres, pudemos verificar, a partir dos relatos, que elas ficaram mais dispostas a denunciar e a procurar um amparo jurídico, com o intuito de solucionar o problema.

O último tópico “Voz e autonomia: uma conquista do dia a dia” traz uma reflexão acerca das conquistas das mulheres no ambiente profissional e no espaço familiar. Desenvolvemos a discussão sob a perspectiva de que profissionalização, participação no mercado de trabalho, educação, saúde e bem-estar⁵ são alguns dos pilares para o empoderamento e, conseqüentemente, para a construção da autonomia das mulheres.

As informações levantadas, durante a pesquisa, apontam que o desenvolvimento de uma atividade econômica sempre fez parte do cotidiano das mulheres da região, mas foi, ao longo dos anos, que elas adquiriram mais espaço no mercado profissional e conquistaram outros cargos que, por muito tempo, foram exclusividade dos homens.

A educação e a permanência em cargos de melhor remuneração, colaboraram com o empoderamento das mulheres, minimizando as possibilidades de serem dominadas, haja vista que auxiliaram na aquisição do bem-estar material e da liberdade de pensamento. A capacitação intelectual aparece como uma alavanca para que elas obtivessem mais espaço no mercado de trabalho.

Embora certos direitos dessas e de outras mulheres da região tenham sido ignorados, fica patente o anseio silencioso delas de serem respeitadas e ouvidas. Notamos, em seus discursos, tentativas de evitar que fossem limitadas, reduzidas em suas potencialidades, o que minimizou as possibilidades de serem facilmente moldadas, de acordo com os interesses de seus companheiros, chefes, entre outros.

Pensar essas mulheres em suas pluralidades, expressando as diferentes questões enfrentadas, cotidianamente, foi a forma que buscamos para compreendermos as dificuldades e conquistas diárias, a recepção às ideias pertinentes aos movimentos feministas e as tentativas de romper com os estereótipos e com as desigualdades de gênero.

Buscamos, por fim, identificar nas experiências que as constituíram os lugares de fala e de dominação e as circunstâncias de rompimento com as concepções patriarcais naturalizadas. Assim, essas vivências nos permitiram “[...] tecer novas narrativas (...) pontuando suas experiências do lugar de onde falam, falas ainda não reconhecidas historicamente (...)”⁶

Acreditamos que este estudo foi tão somente um “pontapé” na compreensão das experiências das mulheres da região, dos seus enfrentamentos e conquistas, pois estamos convencidas de que muito ainda deve ser realizado para se obter uma compreensão completa das relações de gênero que se estabeleceram, nesse período, nos municípios apontados, principalmente, no que se refere à análise das experiências de outras mulheres que também protagonizaram a sua história e a da região. Com esse raciocínio, entendemos que a análise por nós realizada possibilitou a construção de material científico que oferece um novo olhar acerca das relações de gênero, em Aragarças e Barra do Garças, bem como assegura que a memória das mulheres seja preservada, não apenas como um conhecimento que se cristaliza, mas como possibilidade de pensar as relações de gênero que ainda reproduzem as naturalizações de outras experiências.

Notas

* Graduada em História pelas Faculdades Unidas do Vale do Araguaia, acadêmica do curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. E-mail: dymilla@ibest.com.br

¹ RIBEIRO, Hidelberto de Sousa. *O Migrante e a Cidade: dilemas e conflitos*. Araraquara, Ed. Wunderlich, 2001, p. 39.

² HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro, 2006.

³ Há uma narrativa de ‘origem’ do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais. Essa narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre “lutas gerais e lutas específicas”, de um lado, e entre “verdadeiramente feministas e não-feministas”, de outro. A forma como foram definidas essas datas reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. Fala de poderes e conflitos. Ver: PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). In: *Revista Brasileira de História*. V. 26, nº 52, São Paulo, 2006. pp. 249-272. p. 250.

⁴ LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e Impasses: O feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.

⁵ LISBOA, Teresa Kleba. O empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. In: *Fazendo Gênero 8 - Corpo, violência e poder*. Florianópolis, 2008.

⁶ CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa; LONGO, Clerismar Aparecido. As mulheres sertanejas e sua inserção nas fazendas de criar gado em Goiás Século XIX. In: CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa (Org.) Goiânia, PUC-GO/Kelps, 2011, p. 48.

Data de envio: 02/09/2012

Data de aceite: 05/10/2012